



PREFEITURA DO
RECIFE

Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU
Ata da 153ª (centésima quinquagésima terceira) Reunião Ordinária
Dia 21 de setembro de 2007

Às 09:30 (nove e trinta) horas do dia 21 de setembro de 2007 (dois mil e sete), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da suplente do presidente, Dra. Maria José De Biase. Havendo número legal, a suplente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 152ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de agosto de 2007. 2) Apresentação do Projeto ORLA – Dr. Marcelo Olímpio dos Santos (SPPODUA) e Dr. Antônio Valdo de Alencar (Sec. Serviços Públicos). 3) Ações para implantação de Acessibilidade no Recife – Dra. Glória Brandão. 4) III Conferência da Cidade do Recife – Apresentação das propostas. Dra. Sandra Marília Nunes. 5) Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Maria José De Biase, suplente do presidente, Dr. Fábio Henrique Macêdo, Assessor Técnico da Secretaria de Finanças (suplente), Dra. Flávia Castanheira do Nascimento, Procuradora Chefe da Procuradoria Consultiva - Sec. Assuntos Jurídicos (suplente), Dr. Antônio Valdo de Alencar, Assessor Executivo da Sec. Serviços Públicos (suplente), Dr. José Romero Campello Britto, representante da Sec. de Turismo (suplente), Dr. Isaac Azoubel Abram, representante da URB/Recife (suplente), Dr. Tamar Ferreira de Lima, representante da Agência CONDEPE/FIDEM (titular), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante do SINDUSCON (titular), Dr. Paulo José Pessoa Monteiro, representante da CDL/Recife (suplente), Sr. Tomé Ferreira de Lima, representante da FEAMEPE (suplente), Dra. Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da Costa, representante do CREA/PE (suplente), Dr. Fernando Jardim Ribeiro Lins, representante da OAB/PE (titular), Dr. Eduardo Fernandes Moura, representante da ABIH (suplente), Dr. Paulo Reynaldo Maia Alves, representante do Centro Josué de Castro/ABONG (titular), Sr. Marcos Francisco Barbosa, representante do Fórum do Prezeis (titular) e a Sra. Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ (suplente). A seguir, Dra. De Biase passou para o primeiro item da pauta - Aprovação/Assinatura da Ata da 152ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de agosto de 2007. Ata aprovada. Passando para o segundo item - Apresentação do Projeto ORLA, convidando o assessor da Secretaria de Planejamento, Dr. Marcelo Olímpio para fazer a apresentação. O Dr. Marcelo iniciou falando da satisfação de estar mais uma vez no Conselho de Desenvolvimento Urbano, e ressaltou a importância do Conselho para a cidade. “A proposta é apresentar um panorama geral de projeto, muito significativo para a gestão do ponto de vista do planejamento, da integração das ações no Município. Tivemos dúvidas para definir o que priorizava nesta apresentação. Razão da apresentação global. Na medida em que vocês desejarem, entraremos em detalhes, fazendo um aprofundamento. Para ajudar nesta conversa, contamos com a participação do conselheiro e Assessor Executivo da Secretaria de Serviços Públicos, Dr. Antônio Valdo de Alencar. O ORLA dentro da filosofia do prefeito João Paulo, é um projeto integrado, com um conjunto de obras que permite um diálogo interno e, com os governos Federal e Estadual. Gestão integrada e participativa. O projeto está inspirado no conceito do projeto Orla Nacional. Alguns dos seus conceitos são orientados/baseados a partir do que o órgão nacional estabelece. O conceito do Orla não está limitado só a faixa de praia. Os portos, os estuários e bacias também fazem parte da integração do Projeto”. Em seguida, o Dr. Marcelo fez a seguinte apresentação: GESTÃO



PREFEITURA DO
RECIFE

INTEGRADA E PARTICIPATIVA. Secretaria Municipal de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental. DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO: ÁREA DO PROJETO: População - mais de 150.000 mil hab; 8 Km de praia e 2 Km de área portuária; Área de preservação histórica e ambiental e Divisão em 04 subáreas. DELIMITAÇÃO SUBÁREAS: 1 - ÁREA PORTUÁRIA: Bairro do Recife - formação da cidade; Preservação histórica; programas e projetos (Complexo turístico cultural, Porto Digital e Programa Monumenta). 2 - ÁREA ESTUARINA: Estuário rios Capibaribe e Beberibe; Unidade de conservação - 300 há; Parque dos Manguezais; Programas e projetos (Via Mangue, Capibaribe Melhor e Prometropole). 3 - PRAIA BRASÍLIA TEIMOSA: ZEIS, Orla urbanizada - Av. Brasília Formosa; Programas e projetos (Regularização Fundiária). 4 - PRAIAS PINA E BOA VIAGEM: ZUP - 01 - Verticalização; ZEPH - Ig. de N. S. de Boa Viagem; ZEPA - 8 Km de praia; Arena do Pina; Programas e projetos (Requalificação da Orla). COMPONENTES DO PROJETO: Ampliação do controle Urbano e Ambiental; Qualificação das Atividades Comerciais e Requalificação e Manutenção Urbana. ARRANJO INSTITUCIONAL - Esferas governamentais: Coordenação Nacional: MMA/SQA e MP/SPU (GI-GERCO); Coordenação Estadual: CPRH e GRPU (Comissão Técnica Estadual) e Coordenação Municipal: Prefeitura do Recife (Grupo Gestor). Dentro da Prefeitura do Recife temos as secretarias: Planejamento, Gestão Estratégica, Serviços Públicos, Educação, Esportes e Laser, Saúde, Cultura, Turismo, Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Direitos Humanos e Segurança Cidadã, Saneamento, URB, CTTU, EMLURB e Geraldão. Órgãos Governamentais, Empresariais e da Sociedade Civil. São parceiros a CPRH, Polícia Militar, GBMAR, Polícia Civil, Delegacia de Turismo, SPU/GRPU, SEBRAI, Banco do Brasil, Associação dos Barraqueiros de Coco, CDL, ABIH, ABRASEL, Associação de Moradores, COMUL, Brasília Teimosa e Parque dos Coqueiros. Uma gestão compartilhada. AÇÕES EM EXECUÇÃO: Requalificação e Manutenção Urbana: Implementação do projeto de requalificação da Orla (Substituição piso calçada/acessibilidade; Novo sistema de iluminação; Readequação do mobiliário urbano; Requalificação dos quiosques; Ampliação da ciclovia). Ampliação do controle urbano e ambiental (Revisão da Legislação na Orla; Ordenamento/Padronização do Comércio informal; Fechamento de esgotos e poços; Interdição da faixa de areia do Pina e Brasília Teimosa ao tráfego de veículos; Fiscalização reestruturada e integrada; Campanhas e capacitações em educação ambiental). AÇÕES PREVISTAS: Qualificação das atividades comerciais (Capacitação dos empreendedores (formais e informais); Padronização da identidade visual dos equipamentos de trabalho dos empreendedores informais; Orientações sobre crédito para os comerciantes - parceria Banco Brasil) e Gestão Integrada e Participativa da Orla (Organização das Informações (Legislação, Zoneamentos, Diagnóstico etc.); Identificação dos grupos organizados da sociedade; Realização de 2 Oficinas de Capacitação; Elaboração do Plano de ação e de Gestão Integrada; Audiência Pública para aprovação do plano e Assinatura do convênio). "Enfim, como vocês podem observar, minha apresentação foi geral, existem muitos detalhes a serem discutidos. Para vocês terem uma idéia, cada componente deste tem uma apresentação. Caso seja necessário, em outra oportunidade, faremos nova apresentação com os detalhes desejados". Concluída a apresentação, Dra. De Biase deu início ao processo de discussão, passando a palavra ao conselheiro Tomé Ferreira de Lima, representante da FEAMEPE. O conselheiro iniciou falando que estava um pouco decepcionado, porque esperava uma apresentação de toda a extensão da orla.



PREFEITURA DO
RECIFE

“Especificamente dos quiosques. Respeito a gestão do prefeito João Paulo, mas não estamos satisfeitos, pois até o presente momento o projeto não foi apresentado na Associação dos Barraqueiros de Coco, nem na Federação. Como barraqueiro da praia de Boa Viagem há quarenta anos me vejo como os demais, prejudicado com o afastamento dos carros aos quiosques”. Em seguida, o conselheiro falou sobre a legislação dos quiosques desde a época do prefeito Augusto Lucena. Que os quiosques não têm a finalidade exclusiva da venda de coco. Frisou também, toda sua participação na criação dos mesmos, explicando que os barraqueiros não diversificaram os produtos a serem comercializados, devido à importância do coco na época. “A venda era suficiente para o sustento da família. De 1994 para cá, a situação mudou muito. Peço ao Dr. Marcelo Olímpio, e a todos que integram este projeto, que olhem com muito carinho para os quiosques. A cobertura de piaçaba, hoje é de péssima qualidade. Não é justo que nós que estamos na orla há quarenta anos, sejamos prejudicados por outros que se instalam e exploram de tudo em frente aos nossos quiosques. O Município tem que olhar para a Associação dos Barraqueiros. A situação é muito precária. Hoje, tem barraqueiro de coco que está passando fome. Não estamos pedindo esmola, queremos trabalhar honestamente com dignidade, para sustentar nossas famílias. Para concluir, solicito mais uma vez que o projeto Orla seja apresentado à Associação dos Barraqueiros da praia de Boa Viagem para conhecimento e acatamento das sugestões”. Prosseguindo, Dra. De Biase passou a palavra à conselheira Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ. A conselheira falou, “endosso as colocações do companheiro, conselheiro Tomé da FEAMEPE. Faço uma ressalva, a Prefeitura usa com frequência na mídia o slogan: A grande obra é cuidar das pessoas. Mas vemos, por exemplo, o projeto Orla ser elaborado, desenvolvido sem a participação da sociedade. Ao se pensar em requalificação, tem que se olhar para todos os ambulantes da orla. Todos deveriam ser ouvidos, nas suas reivindicações e sugestões. Só querem ouvir os donos de hotéis e restaurantes. Marcelo falou em fechar alguns poços artesianos devido à poluição/contaminação da água. Não existe água mais contaminada do que a fornecida pela COMPEA. A praia de Boa Viagem não oferece nada além dos quiosques aos turistas, aos frequentadores. Em outras praias, por exemplo, em Aracajú a situação é bem melhor. O comércio é diversificado, atendendo a necessidade de todos. Voltando ao assunto da participação da população, tenho certeza que, para o projeto dar certo, terá de haver a participação da sociedade. Caso contrário, ele pode ser lindo no papel, mas não dará certo. Para concluir, quero dizer a Marcelo: você pode não ser doutor de título, mas a quem você ensinou, o chama de mestre. Na minha própria casa, tem gente que lhe admira muito. A vida lhe ensinou muito bem e você é muito inteligente. Mas, arrume melhor o projeto Orla. No Conselho os projetos só são apresentados. Não existe a participação/contribuição dos conselheiros em nenhum deles”. Passando em seguida a palavra ao conselheiro Tamar Ferreira de Lima, representante da Ag. CONDEPE/FIDEM, que iniciou parabenizando a Prefeitura pela iniciativa do Projeto. “A praia de Boa Viagem foi contemplada com um projeto de revitalização. Sinto a ausência da presença da Agência CONDEPE/FIDEM, que poderia contribuir com idéias a serem incorporadas ao projeto. Outra questão se refere a atual marca da orla, uma jangada. Será mantida ou substituída? Sobre o estacionamento, tem que haver uma solução eficiente. Para concluir sugiro a inclusão de painéis no calçadão”. Respondendo ao conselheiro Tamar, sobre a participação da Ag. CONDEPE/FIDEM, Dr. Marcelo falou que o Prefeito irá conversar com o Governador para definir os parceiros a nível estadual. O conselheiro Tamar Lima, neste momento, falou



PREFEITURA DO

RECIFE

que, “a Agência entraria como um órgão articulador. A parte de mobilidade. A CPRH tem a parte do GRPU, a questão ambiental bem específica. O aspecto urbanístico, os planos e projetos metropolitanos seriam vistos com detalhes pela Agência. A idéia é agregar, compatibilizar os planos e projetos”. Dando prosseguimento, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro Antônio Valdo de Alencar, representante da Sec. Serviços Públicos. “Dentro do colocado, tenho algumas coisas a acrescentar. É inegável que a intervenção da orla era necessária, inadiável. O diálogo não está esgotado. É louvável a disposição de todos em colaborar. Quanto às cores no calçadão, lembro que no power point elas aparecem mais vivas. O vermelhão da ciclovia é uma conversão universalizada. O conselheiro Tamar Lima sabe perfeitamente disso. Em relação às jangadas, ondas e velas, existe um grande desafio, que é a acessibilidade. Durante o projeto Cura, a pista de Cooper já prejudicou muito a identidade que existia. Após a pista, vêem-se resquícios das ondas e velas. A acessibilidade é uma questão muito séria. Recife tem 9% de sua população formada por idosos. 240 mil pessoas com deficiências físicas. Espaço urbano tem que ser acessível a todos. Daí como solução, a proposta do piso intertravado. Serão mantidos alguns trechos simbólicos, representativos com os resgates das jangadas, das ondas. Serão preservados e recuperados. Exemplos desses trechos, em frente aos edifícios Acaiaca e Holliday, permanecerão as ondas e velas em pedras portuguesas. Na pesquisa feita, o intertravado se apresentou como o material mais indicado para vencer a questão da acessibilidade. A ciclovia será totalmente protegida. Será segregada da faixa de rolamento. Não vai haver mais o conflito com o veículo estacionado na faixa de ciclovia. Com isso fez-se necessário à redução dos estacionamentos. O calçadão ficará maior. Os serviços de carga e descarga no atendimento aos quiosques serão garantidos. Não será mais permitido, por exemplo, um cidadão estacionar sua carroça de cachorro-quente, para vender no local. Os painéis turísticos também fazem parte do mobiliário que está sendo discutido. A iluminação hoje está prejudicada, obsoleta. Razão da intervenção. Com a intervenção, teremos apenas 131 postes, com um nível de iluminação além dos padrões de medições convencionais para uma via pública. Uma iluminação na faixa de 50 luz. Hoje, está em torno de 27. Todos os quiosques terão suas vias de saneamento. O projeto Orla não se reduz simplesmente a substituição de pedra portuguesa por intertravado. É mais amplo principalmente porque acabará com a ação predatória. Com certeza, não irá atender a todos. Embora, esteja havendo um equacionamento para oferecer o melhor a todos”. Continuando, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro Isaac Azoubel Abram, representante da URB/Recife, que falou, “como a conselheira Lúcia falou, Marcelo é uma pessoa que dispensa comentário, não precisa que ninguém o defenda. Sinto-me na obrigação de dar um depoimento, para mostrar um pouco da sua preocupação. Quando a Diretoria de Projetos da URB foi convocada para dar contribuições em relação aos quiosques de coco, Marcelo solicitou que criássemos alternativas para serem levadas à Associação dos Barraqueiros. Existe uma preocupação, uma sensibilidade para que essa modificação seja de fato uma coisa notável, não simplesmente um retoque. Para que as pessoas não digam, mudaram o piso e não fizeram mais nada na avenida. Ações com custos elevados. Estamos estudando as possibilidades estéticas e financeiras. Temos que pensar, olhar não só para os quiosques, mas para todos os mobiliários como: equipamentos de ginástica, bicicletário, chuveiros, bancos, sinalizações turística e semaforica. Para tranquilizar à conselheira Lúcia iremos passar por um processo de discussão grande com vários segmentos da sociedade. Quando tivermos condições de um diálogo aberto, transparente, diremos o



PREFEITURA DO
RECIFE

que se pode ou não se pode ser feito. As vantagens e desvantagens. Precisamos de todos para não cometer o erro que infelizmente aconteceu com a Av. Caxanga, especificamente com os equipamentos mobiliários”. A seguir, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro Paulo Reynaldo Maia Alves, representante do Centro Josué de Castro/ABONG. O conselheiro falou que, “o projeto é importante, visa requalificar, melhorar, reestruturar essas áreas. Embora, o projeto me parece que está só em Boa Viagem, na orla. Tem o Bairro do Recife, Santo Antônio e São José, que deveriam estar integrados. Houve uma falta de diálogo com as entidades do Centro. A substituição do piso de pedra portuguesa, por intertravado, ou outro qualquer, irá acabar com a identidade do local. Na Av. Guararapes, em relação à substituição da pedra portuguesa, gostaria de saber o que ficou decidido na audiência pública com o Ministério Público. No projeto, coloca-se a pedra portuguesa como de difícil manutenção, e de custo alto. Solicito informações sobre custos com detalhes da diferença entre os pisos. Outro problema citado foi à manutenção e mão-de-obra do piso com pedra portuguesa. Mão-de-obra se capacita. O intertravado também necessitará de mão-de-obra qualificada. Em relação à questão da acessibilidade, existem pareceres que fundamentam: se a pedra portuguesa for bem colocada, não trará problema. O intertravado tem um problema sério de absorção da sujeira. A identidade de Boa Viagem, realmente começou a se perder quando se fez a pista de Cooper. Os pisos apresentados em diversas cores, serão desqualificação e não requalificação. Apenas como contribuição ao projeto, esta faixa branca (travessia de pedestre), em várias cidades européias e americanas, não é feita de maneira contínua como a apresentada. Até por questão de custo. Senti falta na apresentação do projeto do cronograma de custo”. Continuando, Dra. De Biase passou a palavra à conselheira Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da Costa, representante do CREA/PE. “Todos que até agora se pronunciaram, o fizeram muito bem. O projeto Orla é muito audacioso, se o entendermos realmente como um sistema. Um sistema com várias lógicas. Nós arquitetos percebemos isso muito claro no dia-a-dia. Mas, nem todos percebem. O sistema envolve o físico, o espacial e o social. Gostaria de focalizar a minha inserção neste momento na questão do custo. É um projeto que tem uma hierarquia federal, estadual e municipal. Pressupõe-se que haja cronograma físico e financeiro, com distribuições das alocações para determinadas setorizações do sistema. Na apresentação, parece que se estar dando um foco muito grande ao físico, desprezando o social, que estar a reboque. Gostaria de saber como está a distribuição do social.”. A seguir, Dra. De Biase pediu permissão para se retirar por uns dez minutos da reunião, atendendo solicitação do secretário de Planejamento. Solicitou ao conselheiro Isaac Azoubel Abram, URB/Recife, que presidiu a reunião durante sua ausência. Neste momento a conselheira Maria Lúcia da Silva – FIJ, comunicou que precisava se ausentar para ir a uma consulta médica. Foi constatado que com a saída da conselheira, a reunião não teria mais quorum. Logo em seguida, o conselheiro Paulo Monteiro comunicou também, que necessitava se ausentar por conta de um compromisso na CDL. Como encaminhamento, antes de se ausentar, Dr. De Biase solicitou que Dr. Marcelo Olímpio respondesse as questões formuladas, e, em seguida a reunião seria suspensa. Comunicou a todos que no próximo encontro, iniciaria a reunião com a complementação do projeto Orla. “Assim que agendar a próxima reunião, comunicarei por e-mail. Lembro que hoje deixamos de apresentar dois assuntos, que também farão parte da próxima reunião”. Em seguida, Dr. Marcelo Olímpio se referindo à conselheira Ana Lúcia do CREA, e indiretamente ao conselheiro Paulo Reynaldo, falou, “vocês têm razão, a



PREFEITURA DO
RECIFE

apresentação foi de fato de uma parte do território. A parte apresentada é a que está em evidência. Logo, foi proposital. Do ponto de vista social, o projeto delimita o território. Cada um com sua característica. Mostrei imagens, falei das intervenções, das ações de um determinado território, da praia do Pina até Boa Viagem. Não falei sequer da praia de Brasília Teimosa. Do ponto de vista social, integrado temos o projeto Pilar (construção do habitacional). Nos estuários, rios Capibaribe, Beberibe e mangues, temos importantes projetos, como: Capibaribe Melhor, Via Mangue, Prometrópole. Como o projeto Orla tem interface com outros projetos, fica difícil mencionar recursos, valores. Poderia, por exemplo, apresentar quanto seria o somatório de todos os recursos previstos para um determinado território. Poderia dizer o que vem para ele do Via Mangue, por exemplo. Outra questão, é que tenho domínio em discutir conceito, ele existe, mas, conceito é polêmico. Por isso temos que tomar alguma posição. Muitas vezes não agradando a todos. Na verdade temos que considerar o aspecto histórico. A Av. Guararapes está fora do perímetro da nossa intervenção. Mas, a EMLURB/Sec. de Serviços Públicos está considerando, o que é de preservação rigorosa, não terá piso intertravado". Neste momento o conselheiro Antônio Valdo fez uns esclarecimentos. "Na Av. Guararapes a princípio foram ouvidos segmentos que entendiam ser mantidos os desenhos em molduras, tal e qual existem. Numa nova discussão foi colocado: mantêm-se uma faixa de acessibilidade, onde se encontram as paradas de ônibus. O piso será mantido. Hoje, o projeto se encontra no IPHAN. Na cidade do Recife temos poucas pedras portuguesas. Na realidade são mosaicos à portuguesa. Da legislação Federal, a Municipal fez uma adequação. A cidade tem que se preparar para as pessoas. Um grande desafio, conciliar a preservação, que em algumas áreas tem que ser mantida com a acessibilidade. Outra questão bastante comentada foi o custo da manutenção. A pedra portuguesa sai cara porque a reposição é feita todo dia. Essa reposição nos 8 km da orla, fica a dever. Com o fluxo de pessoas diário é impraticável sua manutenção. O intertravado nas ruas Duque de Caxias, Imperatriz e Nova, teve um custo de 400 reais na reposição e recuperação. Com certeza estamos garantindo uma melhor acessibilidade à população. Quanto ao controle de qualidade, o intertravado tem resistência de pavimento rodoviário". Passando em seguida a palavra ao conselheiro Paulo José Pessoa Monteiro, representante da CDL/Recife. "A CDL foi parceira da Prefeitura nas intervenções das ruas Imperatriz, Duque de Caxias e Nova. A manutenção do piso intertravado é muito mais barata do que o piso de pedra portuguesa. As intervenções quando são feitas, ficam perfeitas, sem nenhuma falha. Fizemos uma pesquisa e o público feminino, optou em 100% pelo piso intertravado. O masculino em 90%. A acessibilidade e o conforto fazem a diferença. Em relação ao problema da sujeira citado anteriormente, o que causa um grande transtorno, dificuldade mesmo é o chiclete". Neste momento, a conselheira Ana Lúcia – CREA/PE, solicitou que na próxima reunião fosse disponibilizado o cronograma mesmo sem os valores reais, mas com os percentuais. "Para que possamos ter uma idéia". O conselheiro Paulo Reynaldo – CJC/ABONG, endossou a solicitação da conselheira Ana Lúcia, mostrando a importância do conhecimento do custo da manutenção, mesmo que seja em percentual. Devido a falta de quorum, o conselheiro Isaac Azoubel Abram - URB/Recife na presidência, finalizou a reunião comunicando que como Dra. De Biase falou, a nova data será enviada a todos por e-mail. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, secretária executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 21 de setembro de 2007.



PREFEITURA DO
RECIFE

Maria José De Biase – Suplente do presidente

Fábio Henrique de Souza Macêdo – Sec. Finanças (suplente)

Flávia Castanheira do Nascimento – SAJ (suplente)

Antônio Valdo de Alencar – Sec. Serviços Públicos (suplente)

José Romero Campello Britto – Séc. Turismo (suplente)

Isaac Azoubel Abram – URB/Recife (suplente)

Tamar Ferreira de Lima – Ag. CONDEPE/FIDEM (titular)

Antônio Benévolo Carrilho – SINDUSCON (titular)

Paulo José Pessoa Monteiro – CDL/Recife (suplente)

Tomé Ferreira de Lima – FEAMEPE (suplente)

Ana Lúcia R. M. Fernandes da Costa – CREA/PE (suplente)

Fernando Jardim Ribeiro Lins – OAB/PE (titular)

Eduardo Fernandes de Moura – ABIH (suplente)

Paulo Reynaldo Maia Alves – CJC/ABONG (titular)

Marcos Francisco Barbosa – Fórum do Prezeis (titular)

Maria Lúcia da Silva – FIJ (suplente)

Maria José De Biase

Fábio Henrique de Souza Macêdo

Flávia Castanheira do Nascimento

Antônio Valdo de Alencar

José Romero Campello Britto

Isaac Azoubel Abram

Tamar Ferreira de Lima

Antônio Benévolo Carrilho

Paulo José Pessoa Monteiro

Tomé Ferreira de Lima

Ana Lúcia R. M. Fernandes da Costa

Fernando Jardim Ribeiro Lins

Eduardo Fernandes de Moura

Paulo Reynaldo Maia Alves

Marcos Francisco Barbosa

Maria Lúcia da Silva